



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”

FACULDADE DE CIÊNCIAS - BAURU



MARIANA RODRIGUES BIGHETTI GODOY

**O ESPORTE PARALÍMPICO NO BRASIL: DO AMADORISMO AO
PROFISSIONALISMO**

Bauru

2017

MARIANA RODRIGUES BIGHETTI GODOY

**O ESPORTE PARALÍMPICO NO BRASIL: DO AMADORISMO AO
PROFISSIONALISMO**

Orientador: Prof.^a MARLI NABEIRO

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado a Faculdade de Ciências da
Universidade Estadual Paulista “Júlio de
Mesquita Filho” - Câmpus de Bauru, para
obtenção do grau de Bacharel em
Educação Física).

Bauru

2017

AGRADECIMENTO

À minha família pelo suporte e os primeiros ensinamentos de vida que me proporcionaram chegar aqui.

À minha irmã, por sua disponibilidade e ajuda com as traduções.

À minha orientadora, Prof.^a Marli Nabeiro, pelas oportunidades de aprendizado, principalmente dentro do tema da Educação Física para pessoas com deficiência, sugestões e suporte durante toda a faculdade.

Aos meus professores, em especial ao Prof. Milton Vieira do Prado Junior, pelos conhecimentos compartilhados e as possibilidades de vivências variadas dentro da Educação Física.

Aos amigos, pelos momentos de aulas e fora do ambiente acadêmico, por ajudar a tornar tudo mais leve e divertido.

RESUMO

No início do século XX tivemos o fenômeno nomeado de Movimento Paralímpico. Começou com o objetivo de reabilitar combatentes de guerra com lesões medulares, por meio de espaços de atividades e práticas esportivas adaptadas. Na sua primeira etapa as pessoas com deficiência que participavam dos eventos eram cadeirantes, com o passar dos anos foram incluindo outras deficiências, como a visual, auditiva, intelectual e amputados. Os eventos com foco na reabilitação e participação perdem espaço para o alto rendimento e a busca por resultado. Consequência de um sistema de organização do esporte para pessoas com deficiência foi se institucionalizando e se profissionalizando. Desenvolveu a tecnologia, as regras e a gestão dos jogos culminando no megaevento Jogos Paralímpicos. Nesta perspectiva, como aconteceu esse movimento no Brasil? Quais os impactos na sociedade? E os legados e manifestação no país após receber o Jogos Paralímpicos Rio 2016. O presente estudo visa responder a tais questionamento, através de uma pesquisa bibliográfica, revelando a trajetória do Esporte Paralímpico no país, e através da literatura e documentos existentes analisando a evolução e os desafios do Brasil neste tema. Os resultados do esporte paralímpico no nível competitivo são impressionantes, consequência de investimento, planejamento e organização. Mas o desafio é ir além, e investir também na educação e lazer, afinal as práticas desportivas não são apenas para o alto rendimento, mas é direito de todos.

Palavra-chave: Movimento Paralímpico, Esporte, Legado, Desafios.

ABSTRACT

At the beginning of the 20th century it was created the Paralympic Movement with the objective of rehabilitating war fighters who have had spinal cord injuries, through spaces of activities and adapted sport practices. In its first stage people with disability who participated in the events were needed wheelchair, but over the years other deficiencies were included, such as visual, auditory, intellectual and amputees. The events focused on rehabilitation and participation have lost space for high income exercises and the aim for results. The consequence of a system of organization of the sport for people with disabilities started becoming institutionalized and professional. It has developed the technology, the rules and the management of the games culminating in the big event called Paralympic Games. In this perspective, how have this movement happened in Brazil? What are the impacts on society? And What about the legacies and movements in the country after the Rio 2016 Paralympic Games? This present study aims to answer these questions, based on a literature research, which reveals the Paralympic Sport trajectory in Brazil, and through literature and existing documents to analyze the evolution and the challenges of Brazil in this subject. The results of the Paralympic sport at the competitive level are impressive as a result of investment, planning and organization. But the challenge is to go further, and also invest in education and leisure, after all, sports practices are not only for high income, but it is everyone's right.

Keyword: Paralympic Games, Sport, Legacy, Challenges.

Lista de Abreviações e Siglas

IPC – Comitê Paralímpico Internacional

CPB – Comitê Paralímpico Brasileiro

COI – Comitê Olímpico Internacional

ANDE – Associação Nacional de Desporto para Deficientes

ABDC – Associação Brasileira de Desporto para Cegos

ABRADECAR – Associação Brasileira de Desporto em Cadeira de Rodas

CBDS – Confederação Brasileira de Desporto para Surdos

ABDA – Associação Brasileira de Desporto para Amputados

ABDEM – Associação Brasileira de Desportos para Deficientes Mentais

DV – Deficiência Visual

DF – Deficiência Física

DM – Deficiência Motora

DA – Deficiência Auditiva

DI – Deficiência Intelectual

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	7
1.1	MOVIMENTO PARALÍMPICO.....	8
1.2	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	11
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	12
2.1	CONCEITOS.....	12
2.2	MOVIMENTO PARALÍMPICO NO BRASIL.....	13
2.3	BRASIL E OS JOGOS PARALÍMPICOS.....	16
3	DISCUSSÃO	21
3.1	LEGADO E DESAFIOS DO ESPORTE PARALÍMPICO	21
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	24
	REFERÊNCIAS.....	26

1 INTRODUÇÃO

O tema movimento paralímpico ficou em evidência no Brasil nos anos que antecederam aos Jogos do Rio 2016, e isso não foi diferente para nós alunos de educação física. Durante a faculdade houve um interesse pela área de adaptada, atuei em projetos de extensão de natação para pessoas com deficiência, além de ser bolsista e desenvolver a monografia da licenciatura na área da estratégia de ensino do colega tutor, como objetivo para a inclusão de aluno com deficiência nas aulas regulares de Educação Física.

Porém nunca tive a oportunidade de participar de um megaevento dentro do esporte paralímpico como o que ocorreria no Rio de Janeiro. Com tal oportunidade a experiência de vivenciar o maior evento para pessoas com deficiência no mundo, fez com que me inscrevesse e atuasse como voluntária nos Jogos Paralímpicos. D

No início de 2017, mais uma experiência como voluntária nos Jogos Parapan de Jovens, realizado na cidade de São Paulo em um dos legados que o Jogos Paralímpicos deixou ao Brasil, o Centro Treinamento Paralímpico. Com o que vi e aprendi na Paralimpíadas Rio 2016 e no Parapan de Jovens, a vontade de conhecer e estudar mais sobre o tema foi uma consequência, que se concretizou com o trabalho de graduação do bacharelado em Educação Física.

Percebe-se que o Brasil passou por transformações que vão desde de o esporte para pessoas com deficiência como forma de reabilitar e incluir, com o foco na participação e não o resultado. Depois ocorreu a institucionalização da gestão do esporte paralímpico, através das associações, posteriormente por exigência internacional de um órgão gestor único, cria-se a “Comissão Paradesportiva Brasileira” que mais tarde, viria a ser o Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB).

Com o CPB e as leis de incentivo ao desporto adaptado, mudou a forma de planejar, treinar e competir, e vieram as maiores transformações, passando pelo amadorismo até chegar ao esporte de alto rendimento e os resultados que obtivemos nos últimos Jogos Paralímpicos Rio 2016.

A luz deste fenômeno, alguns questionamentos apareceram, como segue: qual o caminho percorrido pelo desporto paralímpico no país? Sob que circunstâncias e contexto ocorreram? Quais os impactos sociais, políticos e culturais deste movimento no Brasil? São as perguntas norteadoras deste estudo.

Algumas hipóteses para tais questionamento podem ser sugeridas como a institucionalização do esporte paralímpico transformando o foco das práticas reabilitativas em práticas de alta performance e competitiva. A evolução da tecnologia assistiva possibilitando melhores condições a pessoa com deficiência (NOVAES, 2016), treinamentos periodizados, além da organização de regras e critérios de classificação funcional e avaliação contribuíram para a profissionalização do desporto paralímpico.

Desta forma, o objetivo geral do trabalho é responder a tais indagações revisitando a trajetória do Movimento Paralímpico no Brasil do amadorismo ao profissionalismo, através da revisão de literatura, dos trabalhos científicos e a mídia. A partir disso, refletir sobre o momento atual e os desafios para o futuro do esporte adaptado no Brasil.

Os objetivos específicos são: identificar quais fatos ou fatores foram importante no processo de profissionalização do esporte paralímpico; entender como o Brasil passou da participação nestes grandes eventos do esporte adaptado e tornou-se respeitado e competitivo; e por fim, relacionar a realização do Jogos Paralímpicos no Brasil e as transformações e os impactos que o evento trouxe ao movimento paralímpico.

Assim, para o desenvolvimento o bom desenvolvimento da pesquisa, faz-se necessário um breve histórico do Movimento Paralímpico no Mundo para então chegar ao Brasil e suas especificidades.

1.1 MOVIMENTO PARALÍMPICO

Segundo o Comitê Internacional Paralímpico (IPC), o movimento paralímpico data de meados do século XX, o doutor Ludwig Guttmann funda o Centro de Lesões Medulares o Hospital Stoke Mandeville no Reino Unido. Iniciou em uma perspectiva de esporte para reabilitação, passou para a dimensão do lazer e recreação e para então chegar ao esporte competitivo e alta performance (PARSONS e WINCKLER, 2012; BEGOSSI e MAZO, 2016).

No primeiro momento, pós-guerras mundiais, há uma necessidade de reabilitar e reintegrar combatentes que acabaram lesionados e mutilados em combate. Para isso a ideia do esporte adaptado traz a possibilidade da melhora física, o resgate da autoestima e social destes soldados. Desta forma Ludwing, que trabalhava com os lesionados medulares, cria por uma demanda do Governo Britânico os primeiros

Jogos de Stoke Mandeville, em 1948, na Inglaterra só com atletas britânicos. Quatro anos depois os holandeses também participam, ampliando o evento de regional a internacional.

Antes dos Jogos de Stoke Mandeville, havia relatos que datam de 1924, de eventos esportivos para pessoas com deficiência, o chamado Jogos do Silêncio, para pessoas com deficiência auditiva (PARSONS e WINCKLER, 2012). Neste mesmo período, há também relatos de movimento esportivo para pessoas com deficiência visual e amputados, porém nada documentado.

Em 1960 na cidade de Roma os Jogos de Stoke Mandeville ocorreram pela primeira vez na mesma cidade do Jogos Olímpicos, com participação de 400 atletas de 23 países, ficou registrada como o 1º Jogos Paralímpicos de Verão. Já o 1º Jogos Paralímpicos de Inverno, aconteceu na Suécia em 1976. Com o passar dos anos, a organização e estrutura paralímpica foi se profissionalizando, através de melhorias nos padrões de treinos, no sistema de classificações, na arbitragem, no livro de regras de cada modalidade, bem como no aumento do número de participantes e competidores (PARSONS e WINCKLER, 2012).

De um torneio organizado pelos próprios funcionários do hospital, passou a envolver novos agentes nesse processo, incluindo associações que representavam grupos de pessoas com determinada deficiência (físico, cegos, paralisados). Seguindo a necessidade de centralizar a organização e gestão do esporte paralímpico em 1989, é fundado o Comitê Paralímpico Internacional - IPC (PARSONS e WINCKLER, 2012), e já nos Jogos Paralímpicos de Barcelona, em 1992, assume como órgão máximo do esporte paralímpico.

Já com o IPC, até Sidney 2000, há uma diminuição no número de eventos valendo medalha, começando uma mudança de perspectiva da participação, para a busca de resultados. Neste mesmo jogos na Austrália, um jornalista burla o sistema de classificação e compete como deficiente intelectual no time de basquete. Com esse fato, o IPC suspende a participação de atletas com deficiência intelectual, até que fosse estabelecido um sistema de classificação confiável.

Em 2002, Comitê Olímpico Internacional (COI) e IPC assinam acordo indicando que Jogos Olímpicos e Paralímpicos deveriam ser organizados pelo mesmo comitê organizador, estabelecendo um vínculo entre os dois jogos maior que a divisão da cidade sede, das instalações e equipamentos. De Atenas 2004 até os dias atuais, a organização dos jogos segue sendo partilhada.

Neste sentido, é válida a discussão sobre o termo paralímpico, alguns estudiosos apontam que o “para” referia-se a “paraplegia” mais a palavra “olímpico” seria a representação dos esportes praticados por paraplégicos, porém outras vertentes dizem que o prefixo “para” do grego representa “paralelo”, e uma vez que outras deficiências além da paraplegia incorporaram aos jogos, esse significado parece o mais aceito (IPC).

O Movimento Paralímpico no Brasil, segundo Parsons e Winckler (2012) remete ao ano de 1958 quando duas pessoas voltam dos Estados Unidos de tratamentos de reabilitação de lesões medulares e criam dois Clubes, um no Rio de Janeiro e outro em São Paulo. Um dos primeiros eventos foi uma competição de basquete em cadeira de rodas entre São Paulo e Rio de Janeiro. O primeiro atleta paralímpico medalhista do Brasil foi Robson Sampaio de Almeida, o fundador do Clube do Otimismo, no Rio de Janeiro.

O primeiro evento internacional no esporte para deficiente foi no em Buenos Aires em 1969 no II Parapan-Americanos e a primeira participação olímpica foi no Jogos de Heidelberg, três anos depois. As modalidades que tivemos participantes no primeiro Jogos Paralímpicos que o Brasil participou, em 1972 na Alemanha foram basquete em cadeiras de roda, atletismo, natação e tiro com arco. Neste momento, o esporte paralímpico no Brasil era caracterizado pela participação, e não havia preocupação ou planejamento em relação ao desenvolvimento esportivo.

Nos anos posteriores foram aparecendo associações que visavam organizar o esporte para pessoas com deficiência. Criaram associações desportistas para cegos, para pessoas com deficiência intelectual, pessoas com deficiência física e assim por diante. A junção destas associações mais o Governo Federal culminou em uma Comitativa Paradesportiva Brasileira, responsável pela delegação Brasileira nos Jogos de Seul (1988) e Barcelona (1992).

Em 1995 foi fundado o CPB, responsável por representar as associações desportivas e fazer o intermédio com as instâncias do Governo Federal e o IPC. Passa também a gerenciar o esporte para pessoas com deficiência, desde sua divulgação, passando pelo planejamento de ações, determinando metas e resultados. Com isso, a partir de 1996, no que se refere, principalmente ao esporte paralímpico competitivo tivemos uma grande evolução (PARSONS e WINCKLER, 2012).

Com leis específicas para o esporte para pessoas com deficiência, como a Lei AGNELO/PIVA, nº 10.264/01 em 2001, o esporte paralímpico passa a receber um

recurso federal que permitiu o investimento e planejamento que levaram o Brasil ao patamar que hoje estamos, no cenário mundial e tendo recebido um Jogos Paralímpicos em 2016 (SILVA, 2017).

1.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este um trabalho de pesquisa bibliográfica, através do método de pesquisa indutivo resgata a luz do conhecimento científico estabelecido sobre o tema, o esporte paralímpico, aspectos da trajetória e história do desporto adaptado desde seu início até os tempos atuais (DOMINGUES, 2005).

A pesquisa do tipo revisão de literatura, busca nos livros, documentos e artigos publicados descrever e analisar fenômenos, como neste caso a trajetória do Esporte Paralímpico Brasileiro. Permite uma amplitude maior que estudar um fenômeno diretamente (GIL, 2002).

Como se trata de um objeto recente, há poucos livros e artigos científicos. Para este estudo foi utilizado como fonte de informação trabalhos acadêmicos (trabalho de graduação, dissertação e tese), livros, artigos científicos, entrevistas e matérias de jornais e revistas, em sua maioria disponível online.

O trabalho propõe uma análise qualitativa, baseada na descrição das fontes encontradas, interpretar e responder as indagações do problema levantado sobre o paradesporto e busca estabelecer significado positivos ou negativos no desenvolvimento do esporte adaptado (DOMINGUES, 2005). A análise não tem como objetivo quantificar, mais qualificar as evoluções e transformações do fenômeno estudado.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 CONCEITOS

A deficiência é entendida como restrição, anormalidade ou perda de uma estrutura ou função fisiológica, incluindo funções mentais. Podem ser permanentes ou provisórias, dificultando a realização de uma ação dentro dos parâmetros considerados normais, avaliado por normas biomédicas, para o ser humano (SILVA, VITAL e MELLO, 2012). A limitação da capacidade tem implicação na autonomia e na qualidade de vida do indivíduo (DUARTE e SILVA, 2012).

As doenças, lesões e traumas podem ser causas da deficiência, são associadas ainda, as condições de vida e desenvolvimento da população como desnutrição, falta de saneamento básico e educação. No Brasil, mais de 20% da população declarou ter algum tipo de deficiência, segundo o IBGE, 2012 (DUARTE e SILVA, 2012).

Neste estudo, a Deficiência Visual (DV) é definida como perda visual que não pode ser corrigida com lentes. A Deficiência Auditiva (DA), seria a perda ou restrição auditiva que também não pode ser corrigida com uso de aparelhos. As Deficiências Física (DF) e Deficiências Motora (DM) serão compreendida como disfunção ou interrupção dos movimentos em um ou mais membros. Quanto a Deficiência Intelectual (DI) entende-se um funcionamento cognitivo abaixo da média, que traz perturbações na aprendizagem, maturidade e ajuste social (SILVA, VITAL e MELLO, 2012). Todos estes tipos de deficiência estão incluídos nos Esportes do Programa Paralímpico.

As associações que estão relacionadas com estes tipos de deficiência são: para DV a Associação Brasileira de Desporto para Cegos (ABDC); para DA temos a Confederação Brasileira de Desportos para Surdos (CBDS); para DI é a Associação Brasileira de Desporto de Deficientes Intelectuais (ABDEM); e para DF temos a Associação Brasileira de Desportos em Cadeira de Rodas (ABRADECAR). E também a Associação Nacional de Desportos (ANDE), antes da Criação da CPB foi umas das instituições que ajudava na organização de eventos esportivos para pessoas com deficiência. O CPB, administra 5 modalidades: Natação, Atletismo, Halterofilismo, Esgrima em Cadeira de Rodas e Tiro Esportivo.

Movimento paralímpico são os esforços e trajetórias dos esportes paralímpicos, do início aos dias atuais, do amadorismo e das práticas reabilitativas até a constituição das Instituições que administram o paradesporto, as regras e o Jogos Paralímpicos,

megaevento esportivo das pessoas com deficiência. É um movimento de divulgação, investimentos, planejamento de ações para consolidar os valores e a cultura que remetem ao parolimpismo (IPC e CPB).

No Brasil no princípio usava o termo paraolímpico, em uma referência a olimpíadas de pessoas paraplégicas, porém com a ampliação das deficiências que participam dos jogos, a palavra não se inseria mais. Por exigência internacional o Brasil desde 2012 adotou o termo paralímpico, em uma referência ao Jogos Esportivo para pessoas com deficiência que acontece em paralelo a Olimpíadas (CPB; PARSONS e WINCKLER, 2012).

Outro importante conceito para o presente trabalho é o de Esporte para pessoas com deficiência, encontra-se para expressar o mesmo significado as palavras desporto/esporte adaptado, paradesporto e esporte paralímpico (SILVA, 2017). A concepção é de esportes que suprimi, flexibiliza ou cria regras que possibilitam adaptação para incluir determinadas características dentro da atividade.

O esporte paralímpico, são aqueles esportes parte do programa do Jogos Paralímpicos, e que também tem suas regras definidas. Neste estudo usaremos estes termos como sinônimos, para que evite a repetição e permita a fluidez do texto.

Por fim, o conceito de atletas paralímpicos, paratletas, atleta com deficiência e em todas as situações representarão a pessoa com deficiência que pratica uma modalidade paralímpica em nível competitivo.

2.2 MOVIMENTO PARALÍMPICO NO BRASIL

Crescimento do Movimento Paralímpico baseado no modelo médico, reabilitativo. E ainda isolado, que só vai ser ampliado e consolidado com a criação e fortalecimento de outras entidades e federações que organizam os esportes para pessoas com deficiência.

Nos anos 50, dois clubes são inaugurados, um no Rio de Janeiro e outro em São Paulo e o esporte praticado era o basquete em cadeira de rodas. Os eventos esportivos ocorreram nesta época envolvia desafios e partidas entre os dois estados. As primeiras participações internacionais foram o II Jogos Panamericanos de Buenos Aires e as Paralimpíadas de 1972, na Alemanha. Até esse momento só participavam do evento atletas em cadeira de rodas, após 1976 incluiu atletas com DV e amputados, e a partir de 1980 os atletas com paralisia cerebral (SCHEID e ROCHA, 2012).

Em 1975, o Brasil vive seu ápice no desenvolvimento do esporte paralímpico, com a participação de duas delegações, uma paulista e uma carioca, nos Jogos Parapan-Americanos para Pessoas com Deficiência no México. Por exigências internacionais é necessário a criação de um órgão nacional que representasse os atletas com deficiência, desta forma neste mesmo ano surge a ANDE (PARSONS e WINCKLER, 2012).

O Brasil foi às os jogos em Toronto, realizou um Panamericanos na cidade do Rio de Janeiro, mas os esportes praticados e os eventos para pessoas com deficiência no país eram específicos para atletas cadeirantes. Não havia incentivo de agregar outras deficiências e desenvolver outras modalidades.

Na década de 80, começam a aparecer outras associações de desportos para diferentes tipos de deficiência. Surge assim a ABRADCAR, ABDC e a ANDE passa então a gerenciar especificamente os esportes para atletas com paralisia cerebral. Paralelo as associações desportivas, inicia algumas mudanças legislativas, que vão influenciar o rumo das transformações na organização do paradesporto. Em 1990 criou-se a Secretaria de Desportes da Presidência da República, que contava com um departamento direcionado às pessoas com deficiência (BEGOSSI e MAZO, 2016).

Surge então a Comissão Paradesportiva Brasileira, formada pelas associações desportivas e representantes de órgãos do Governo Federal. Com o recém-criado IPC, 1989, há uma demanda para que os países criassem seus comitês nacionais, para serem interlocutores entre IPC e as nações dentro do Movimento Paralímpico (PARSONS e WINCKLER, 2012; BEGOSSI e MAZO, 2016). Em fevereiro de 1995 foi fundado o CPB, e as mudanças e avanços, como a difusão do esporte paralímpico, desde então ocorrem muito rápido, resultando em 20 anos depois o país recebendo um Jogos Paralímpicos.

As primeiras etapas estabelecidas pelo o CPB era se organizar e estruturar administrativamente e se aproximar os valores do desporto paralímpico da sociedade. E foi um marco para a cultura do esporte para pessoas com deficiência no país, articulou e liderou transformações no campo político nacional e internacional (BEGOSSI e MAZO, 2016).

Concomitante a tais transformações no país o IPC também buscou aperfeiçoar técnicas de treinamento, melhorou sistema de classificação, regras e arbitragem. Houve diminuição de medalhas disputadas, e inclusão de atletas com deficiência

intelectual, após o caso do time de basquete espanhol com DI ter fraudado a avaliação funcional (SCHEID e ROCHA, 2012).

O ano de 2001 leva o esporte paralímpico a um grande salto, com a LEI AGNELO/PIVA, nº10.264/01 fica destinado ao esporte brasileiro 2% dos recursos arrecadados nos jogos de loterias. Desse montante total 15% é para financiamento paralímpico nas dimensões de alto rendimento, escolar e universitário. Pela primeira vez o esporte para pessoas com deficiência passa a contar com recursos para planejar ações que levasse a difusão das modalidades e do paradesporto no Brasil (PARSONS e WINCKLER, 2012; SILVA, 2017; DARIDO et al., 2014). Em 2003 é criado o Ministério do Esporte.

Em 2005 o CPB cria o Circuito Loterias Caixa Brasil com etapas nacionais nas modalidades do atletismo e da natação. Em 2006 e 2007, temos Campeonato Brasileiro Escolar, que em 2009 passou a ser denominado Paralimpíadas Escolares evento que reúne alunos com deficiência do Ensino Fundamental e Médio, os destaques podem se candidatar a bolsa atleta (SILVA, 2017). Essa competição acontece anualmente e já revelou atletas paralímpicos como Alan Fontaneles. Em 2017 serão 10 modalidades.

Há arestas ao projeto das Paralimpíadas que precisam ser aparadas, pois foco parece estar nos jogos e no esporte competitivo, e não ações da base, que possibilitam a oportunidade de o indivíduo com deficiência em idade escolar praticar uma atividade física, uma modalidade paradesportiva. O evento é seletivo e privilegia os que se sobressaem, desta forma se afastando da ideologia educacional e de universalidade.

Em 2007 tivemos o Parapanamericanos na cidade do Rio de Janeiro, o Brasil mostrou bons resultados e organização, além do domínio regional a boa participação nas competições continuaram nos Jogos de Pequim. E no ciclo paralímpico de 2008-2012 há investimento nas modalidades menos conhecidas, intercâmbios com países com técnicas mais refinadas e um planejamento a longo prazo com metas e ações bem definidas, quanto a recursos que entram e as prioridades a serem atendidas. Inclusive esportes paralímpicos de inverno entraram no planejamento do CPB, com o Brasil participando do primeiro Jogos de Inverno, em Sochi, Rússia, em 2014, com 2 atletas.

Em contrapartida ao investimento, a exigência por bons resultados e a pressão sobre os paratletas aumentou, implicando em questões como doping, overtraining,

temas que também encontramos do esporte olímpico. O Movimento e o Jogos Paralímpico cresceram em força e tamanho, e com certeza trouxeram transformação culturais e estruturais na concepção da deficiência e do esporte adaptado no país.

Essas transformações culturais foram um dos objetivos da administração do esporte paralímpico no Brasil, não medindo esforços para aproximar o esporte paralímpico, muitas vezes desconhecido da sociedade, e a mídia. Nesta perspectiva, o CPB conseguiu que a televisão e outros meios de comunicação transmitissem ou falassem sobre paradesporto nos Jogos Paralímpicos de 2004, difundindo as modalidades para atletas e a população brasileira (PARSONS, 2016).

2.3 BRASIL E OS JOGOS PARALÍMPICOS

A primeira participação paralímpica do Brasil foi em Heidelberg, na Alemanha em 1972, não recebeu nenhuma medalha. Em Toronto 1976 veio a primeira medalha de prata e do esporte paralímpico. Nestas participações não havia muita diversidade de práticas esportivas para pessoas com deficiência, então o Brasil estava sempre representado em esportes mais populares como basquete, natação e atletismo. Era também tempo onde somente pessoas com cadeira de rodas participavam, quando foram ampliando a participação dos diferentes tipos de deficiência isso mudou.

Com a criação das associações e confederações de esportes para pessoas com deficiência, foram se desenvolvendo outras modalidades, como o judô paralímpico, o tênis de mesa, a bocha e o levantamento de peso passaram a contar com atletas brasileiros. Só depois de 1988 é que percebemos uma maior participação brasileira nas diferentes modalidades do programa paralímpico.

A ampliação da participação brasileira em diferentes modalidades, além do início de um novo ciclo no esporte paralímpico pode ser verificado nos resultados obtidos até Sydney 2000, depois disso com a mudança na visão de gestão do esporte para pessoas com deficiência só fomos evoluindo nos resultados e no retorno desses ao país e esporte adaptado.

No último evento foram 22 modalidades: Atletismo, Basquetebol em cadeira de rodas, Bocha, Canoagem, Ciclismo (estrada e pista), Esgrima em cadeira de rodas, Futebol de 5, Futebol de 7, Goalball, Hipismo, Judô, Levantamento de peso, Natação, Remo, Rugby em cadeira de rodas, Tênis de mesa, Tênis em cadeira de rodas, Tiro, Tiro com arco, Triatlo, Vela, Voleibol sentado. O Goalball é a única modalidade criada para pessoas com deficiência.

O Brasil como país sede dos Jogos Paralímpicos, participou de todas, porém como disse o então presidente do CPB, Andrew Parsons (2014, 2016 e 2017), os atletas foram preparados para competir e não só participar. E podemos ver que de 7 modalidades que o Brasil tinha conseguido medalhas em jogos anteriores aumentaram para 13 modalidades no Rio 2016.

Isso foi devido ao planejamento do CPB, que desenvolveu e investiu nas modalidades menos conhecidas, fez intercâmbio de conhecimento técnicos e estruturais com outros países como Rússia, China, Estados Unidos, entre outros. De forma a preparar os atletas não só para os Jogos Paralímpicos do Rio, mas para Tóquio 2020 (PARSONS, 2016).

Dar visibilidade ao esporte paralímpico, hino e bandeira paralímpica. Separação das questões médicas e aproximação do esporte competitivo em sua organização. Em 1984, o Brasil pela primeira vez leva uma delegação composta de paratletas de diferentes grupos de deficiência: deficientes visuais, amputados, cadeirantes e paralisados cerebrais. Além disso, temos os primeiros atletas a conquistar medalha de ouro no arremesso de peso, lançamento de disco e atletismo (PARSONS e WINCKLER, 2012).

Abaixo um quadro com evolução do Brasil nas participações que teve nos Jogos para pessoas com deficiência e os Jogos Paralímpicos:

Quadro 1 - Participação brasileira nos Jogos Paralímpicos

Ano	Cidade	País	Nº de atletas	Homens	Mulheres	Total Medalhas	Classificação Geral
1972	Heidelberg	Alemanha	20	20	0	0	32º
1976	Toronto	Canadá	33	31	2	1	31º
1980	Arnhem	Holanda	14	14	0	0	42º
1984	Stoke Mandeville/ Nova York	Reino Unido/ EUA	29	23	6	28	24º
1988	Seul	Coreia do Sul	62	51	11	28	25º
1992	Barcelona	Espanha	43	33	10	7	32º
1996	Atlanta	EUA	60	41	19	21	37º
2000	Sydney	Austrália	64	53	11	22	24º
2004	Atenas	Grécia	98	76	22	33	14º

2008	Pequim	China	188	133	55	47	9°
2012*	Londres	Reino Unido	182	115	67	43	7°
2016*	Rio de Janeiro	Brasil	278	181	97	72	8°

Fonte: site RankBrasil;

*Quadro atualizado dados do CPB.

A evolução do paradesporto é visível de 2000 em diante, quando o Brasil tem ganhos que vão além das competições, o CPB se consolida na articulação entre as dimensões políticas e sociais e consegue vitórias que levam a possibilidade de criar um projeto a longo prazo para desenvolver o país e deixá-lo em um patamar de referência mundial do desporto paralímpico.

Quanto as metas estabelecidas, quase todas foram superadas, apenas o 5° lugar no quadro geral nos Jogos do Rio não foi alcançado, mas o Brasil conseguiu ampliar sua participação em número de atletas homens e mulheres, os números de medalhas conquistadas, as modalidades desconhecidas ou pouco praticadas ganharam investimento e tiveram boa participação, veio a construção do Centro de Treinamento Paralímpico em São Paulo e a arrecadação aumentou, segundo Parsons (2017).

Outro ponto importante são as condições dada a estes atletas paralímpicos de treino, infraestrutura, alimentação e transporte. Parsons (2017) afirma que a maior dificuldade hoje em dia no Brasil para o atleta com deficiência é chegar ao treino, muitas vezes não há transporte adequado. Ou seja, a evolução técnica, o Centro de Treinamento são importantes, mas nada disso funciona se não tiver acessibilidade para o atleta chegar ao local.

Além da colocação no quadro geral de medalhas, é importante verificar quantas modalidades paralímpicas o Brasil teve atletas competindo e em quais modalidades ganhou medalha, isso pode demonstrar se o investimento vai para alguns poucos esportes ou se há recursos para desenvolver modalidades mais desconhecidas. Como costuma acontecer com o esporte olímpico. Modalidades mais desenvolvidas, ganham os maiores orçamentos, e as mais desconhecidas, ficam à mercê da iniciativa privada, mas o contrário parece ocorrer na administração do esporte para pessoas com deficiência.

Assim, um bom indicativo de onde está o investimento e se o planejamento e metas estabelecidos pelo CPB foram efetivos para o esporte paralímpico é comparar tais dados. Por exemplo no Rio 2016 o Brasil obteve medalhas em 13 modalidade, sendo

que quatro destas modalidades nunca haviam ganhando medalha. Pela primeira vez participou de todas as modalidades do programa. Em Londres foram sete modalidades premiadas e teve brasileiro em 18 das 20 modalidades do programa paralímpico. Como podemos ver abaixo no quadro 2:

Quadro 2 – Número de modalidades, participação e medalhas Brasil por modalidade

Ano	Cidade	País	Modalidades no Jogos	Modalidades Atletas do Brasil	Modalidades Medalha Brasil
1972	Heidelberg	Alemanha	10	4	-
1976	Toronto	Canadá	13	8	1
1980	Arnhem	Holanda	13	2	-
1984	Stoke Mandeville/ Nova Iorque	Reino Unido/ EUA	18	2	2
1988	Seul	Coreia do Sul	18	5	3
1992	Barcelona	Espanha	16	6	2
1996	Atlanta	EUA	19	10	3
2000	Sydney	Austrália	19	9	4
2004	Atenas	Grécia	19	12	5
2008	Pequim	China	20	17	8
2012*	Londres	Reino Unido	20	18	7
2016*	Rio de Janeiro	Brasil	22	22	13

Fonte: www.paralympic.org

As modalidades em que o Brasil mais conquistou medalhas é o atletismo e a natação, mas a primeira medalha paralímpica veio com Robson Sampaio de Almeida e Luís Carlos de Costa no Lawn Bowls (PARSONS; WINCKLER, 2012). O Brasil no Futebol de 5, desde que, a modalidade entrou para o programa paralímpico em 2004 foi campeão em todas as edições.

Outros esportes com participação premiada são: o Judô, Futebol de 7, Hipismo, Levantamento de Peso, Remo, Bocha, Goalball, Tênis de Mesa, Esgrima em Cadeira de Rodas, Vôlei Sentado, Ciclismo, Canoagem e Halterofilismo. Nas últimas quatro modalidades o Brasil conquistou a primeira medalha no Jogos Rio 2016.

Em Pequim 2008, o país começou a conquistar espaço em modalidades que antes não disputava medalhas, o que pode mostrar uma melhora técnica, de planejamento e de investimentos do CPB. Até então os únicos esportes a medalhar eram Lawn Bowls, Natação, Atletismo, Judô, Futebol de 5 e Futebol de 7.

Neste trabalho de diversificação do investimento das modalidades paralímpicas, houve um projeto elaborado que vai desde a detecção do talento, a preparação adequada, a construção de uma estrutura como o Centro Paralímpico de São Paulo, e os intercâmbio com países ícones na excelência de treinamento e gestão paradesportivo. O investimento vai de Pequim 2008 com metas estabelecidas e frutos a colher até 2020 em Tóquio. Há também investimento nas modalidades de inverno (PARSONS, 2016).

3 DISCUSSÃO

3.1 LEGADO E DESAFIOS DO ESPORTE PARALÍMPICO

As transformações sociais do fenômeno esportivo e os impactos ou influências dele sobre os hábitos dos indivíduos são resquícios positivos ou negativo que megaeventos deixam para o país anfitrião. O esporte tem sua evolução, valores e conquistas atrelados ao contexto social que se insere (MARQUES et al. 2013).

Os legados seriam impactos gerado por um megaevento com um Jogos Olímpicos e Paralímpicos para a cidade, o país, e cultura esportiva e nacional. Tem aspectos que advém do evento em si gerando transformações na infraestrutura do local que ocorre, como as construções, os empregos e os recursos que entram no país. Tem também os aprendizados com o processo de candidatura como país sede. Os legados da imagem do Brasil e a difusão da cultura, a interação entre diferentes instâncias de poder, lideranças e órgãos e o legado do conhecimento, de passar isso adiante, transferir para a comunidade e outros eventos (MEZZADORI, FIGUERÔA e SILVA, 2014).

Estudos apontam que o legado positivo é superestimado quando comparado aos custos e impactos sociais e ambientais ao país. Demostram o ganho econômico, o desenvolvimento da infraestrutura que recebe o evento, os lucros para determinados setores econômicos da sociedade, mas pouco se fala no legado esportivo de um evento de grande para o esporte em si (SOUZA et al., 2016).

Os legados dos Jogos Rio 2016, são enormes tanto no âmbito estrutural quanto cultural. A cidade do Rio de Janeiro tornou-se mais acessível, não resolveu todos os problemas, mas com certeza hoje para um deficiente se locomover é mais fácil do que há anos atrás. Como disse Parsons (2016 e 2017), o Jogos Paralímpicos não resolve todos os problemas, mas são embrionários, e devem ser alavancas para a mudança mais profunda.

Porém, os benefícios foram locais, cidade do Rio de Janeiro. Embora tinham ações previstas em relação à esporte participação, pouco foi operacionalizado, a difusão dos valores olímpicos e paralímpicos e da atividade física para população em geral. As ações que efetivamente são bem planejadas e investida, é o esporte alto rendimento (SOUZA et al., 2016). Há uma evolução, e com certeza transformações positivas, mas ainda tem desafios que o CPB precisa lidar.

Jogos crescem de tamanho e proporção, e com isso o desenvolvimento da tecnologia e da visibilidade do esporte paralímpico ganham espaço, aumentando a competitividade e a perseguição por bons resultados, traz ao esporte paralímpico problemas do esporte olímpicos, como doping, treino excessivo em detrimento da saúde. Mas diferente do Esporte olímpico, há ainda falta de visibilidade ao paradesporto, isso é fundamental para atrair a mídia e patrocínio.

Apesar de ser considerado uma potência mundial e dos bons resultados, ainda há pouco interesse da iniciativa privada, e o financiamento do esporte paralímpico é quase que inteiramente público. Falta espaço e divulgação das modalidades nos meios de comunicação (MENDONÇA, 2015).

A importância da mídia nesse processo é a proliferação de valores e símbolos que ajudam a aumentar o potencial mercadológico e possibilita o patrocínio e o investimento no esporte paralímpico (MARQUES et al., 2013). E para isso, é importante se adequar as condições de transmissão, sem perder sua essência, e sem esconder a diversidade e as diferenças do atleta com deficiência, de forma a atrair e assim obter retornos ao Movimento Paralímpico e a mudança de concepção da sociedade sobre a deficiência.

A mídia ainda mostra o paratleta como vítima, e não como herói, tende a mostrar uma história dramatizada, muitas vezes do coitado, mas na verdade o esporte paralímpico dos dias atuais nada tem de frágil, com sugere Novaes (2006), o atleta com deficiência é um ser híbrido. A tecnologia é parte do corpo, e há uma *ciborguização*, o orgânico e o inorgânico não se separam. O atleta não se reconhece sem sua cadeira e a cadeira não tem funcionalidade sem o atleta. O mesmo ocorre com as próteses e outros equipamentos assistivo.

Corpo humano permitiu que a tecnologia se incorporasse, prolongando a vida, a funcionalidade e por vez trazendo beleza. A técnica desenvolvida no treino, possibilita aos atletas dominar o artifício, estabelecendo um meio para transformar o próprio corpo. Não é mais só algo que auxilia, mas que amplia as possibilidades, no caso da prática esportiva favorece, potencializa e melhora rendimento (NOVAES, 2006).

No que tange a biotecnologia e nanotecnologia no suporte aos atletas paralímpicos, o Brasil evoluiu, mas ainda está aquém de muitos países desenvolvidos. A participação dos atletas brasileiros em provas de atletismo com cadeira de rodas, são bem abaixo do esperado, e não por falta material humano, é evidente que os atletas destas categorias são prejudicados por não ter equipamentos de ponta.

Outro desafio, é como planejar e olhar para o esporte paralímpico não só na sua dimensão competitiva, mas também no seu âmbito inclusivo, de lazer e diversão. Os Jogos Paralímpicos Escolares, pensando na inclusão da criança e adolescente no movimento e nas modalidades esportivas, foi um passo importante na concepção do desenvolvimento integral do ser humano. Há mudança na relação das pessoas com deficiência e a sociedade.

Mas há um longo caminho a prosseguir, pois mesmo quando em dimensões educativas, o foco é novos talentos. Olhar não é na melhoria da acessibilidade e dos direitos dos praticantes de atividades físicas que não integram a seleção brasileira de paradesporto. É necessário eventos e investimento para além das modalidades paradesportivas, com variações que incluíssem as mais diferentes populações com deficiência, idades e condições sociais (ARAÚJO, 1996; SILVA, 2017).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os avanços do Movimento Paralímpico são enormes e inegáveis, consequência da institucionalização e de uma gestão responsável e planejada a longo prazo. Além disso, foi fundamental nesse processo o intercâmbio entre a ciência e a prática. Grandes pesquisadores do esporte adaptado estiveram envolvidos em estudos que auxiliaram o desenvolvimento do profissionalismo do esporte, com periodizações de treinamento, planejamento e foco em tornar nossos atletas competitivos. Isso proporcionou a difusão de locais de treinamentos e referência dentro das universidades, como por exemplo, a paracanoagem na USP.

Outro fator importante nesse processo da melhora o desporto paralímpico, foi a LEI AGNELO/PIVA que permitiu financiar eventos esportivos, bolsas e criar uma infraestrutura mínima para que o atleta e o paradesporto se desenvolvesse. Vieram bons resultados, mas também uma maior pressão sobre o paratleta.

Por ser um fenômeno recente, relativamente pouco estudado, e com grandes transformações, há muito a aprofundar na dimensão dos esportes paralímpicos quanto a sua organização, institucionalização, a sistematização de treinos, bem como a classificação funcional, doping, tecnologia assistiva, entre outros temas.

O que se pode notar é o quão rápido são as transformações no mundo e no Brasil, e isso perpassa pela mudança de concepção da deficiência e sua relação com a realidade. A dualidade na associação da deficiência com a incapacidade e seres humanos frágeis, passou a ser entendido com seres capazes e por vezes até *ciborg* com suas próteses com cadeiras altamente tecnológicas, que transformam os atletas paralímpicos em verdadeiros heróis do mundo moderno.

Superação, desafios são constantes na história do movimento paraolímpico no Brasil, até chegar ao Jogos Paralímpicos de 2016. Pudemos ver que houve um planejamento, para que isso ocorresse e o Brasil se consolidasse entre as grandes potências do esporte adaptado. Criação de centros de treinamentos, Paralimpiadas Escolares, incentivo fiscais permitiram tais avanços. Agora é necessário a manutenção do bom trabalho, e refletir sobre os resultados alcançados e as próximas metas a serem atingidas.

Sem dúvida há avanços no que tange o esporte paralímpico de alto rendimento, houve um planejamento e investimento e os resultados mostram que as metas foram atingidas. Os métodos de treinos, as instalações, os profissionais e técnicos e a

tecnologia são parte integrante destas transformações que levaram o Brasil a tornar-se referência dentro do Movimento Paralímpico. Porém outras áreas precisam ser melhoradas, entendendo as práticas desportivas adaptadas para além do esporte paralímpico, mas como direito de todo cidadão brasileiro, com ou sem deficiência.

Os resultados não são apenas medalhas e colocação nos jogos, mas é a oportunidade de dar ao indivíduo com deficiência plenas condições de se desenvolver e praticar esportes no âmbito da recreação ao âmbito competitivo. Faz parte dos bons resultados a sociedade brasileira compreender a deficiência e sua relação com o esporte, e entender tudo isso como parte integral dela, sem preconceitos, sem vitimização.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Paulo Ferreira de. **Desporto Adaptado no Brasil: origem, institucionalização e atualidade**. 1996. 152 f. Tese (Doutorado em Educação Física)- Faculdade de Educação Física, UNICAMP, Campinas, 1996. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/275284>>. Acesso em: 03 nov. 2017.
- BEGOSSI, Tuany Defaveri; MAZO, Janice Zarpellon. O processo de institucionalização do esporte para pessoas com deficiência no Brasil: uma análise legislativa federal. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 10, p. 2989-2997, out. 2016. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232016001002989&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em 04 nov. 2017
- BRASIL. **Lei nº 10.264, de 16 de julho de 2001**. (Lei Agnelo-Piva). Acrescenta inciso e parágrafos ao art. 56 da Lei no 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 jul. 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10264.htm>.
- COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO. Consulta ao site. Rio de Janeiro: CPB. Disponível em: <<http://www.cpb.org.br>>. Acesso em: 31 out. 2017.
- DARIDO, Suraya Cristina et al. Os megaeventos esportivos no Brasil: algumas possibilidades para a educação física escolar e a formação profissional continuada como legado. In: MARINHO, Alcyane; NASCIMENTO, Juarez Vieira do; OLIVEIRA, Amauri Aparecido Bássoli (Org.). **Legados do Esporte Brasileiro**. 22. ed. Florianópolis: UDESC, 2014. p. 163-194. v. 5.
- DOMINGUES, Clayton Amaral. **Metodologia da Pesquisa: Elaboração de Artigos, Científicos**. Rio de Janeiro: Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, 2005. 59 p. Disponível em: <<http://www.unifra.br/professores/13757/livro%20metodologia%20-%20amaral.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2017.
- DUARTE, Edison; SILVA, Marília Magno e. Pessoas com deficiência: aspectos epidemiológicos. In: MELO, Marco Túlio de; WINCKLER, Ciro (Org.). **Esporte Paralímpico**. 1. ed. São Paulo: Atheneu, 2012. cap. 4, p. 27-33.
- INTERNACIONAL PARALYMPIC COMMITTEE. IPC. **History of the Paralympic Movement**. Disponível em: <https://www.paralympic.org/sites/default/files/document/120209103536284_2012_02_History%20of%20Paralympic%20Movement.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2017.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 176 p. Disponível em: <http://www.urca.br/itec/images/pdfs/modulo%20v%20-%20como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2017.

MARQUES, R. F. R. et al. **Mídia e o movimento paralímpico no Brasil: relações sob o ponto de vista de dirigentes do Comitê Paralímpico Brasileiro**. Rev. bras. educ. fís. esporte, São Paulo, v. 27, n. 4, p. 583-596, Dec. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1807-55092013000400007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 16 nov. 2017.

MENDONÇA, Renata. Esporte Paralímpico X Esporte Olímpico: Três lições do esporte paralímpico que podem servir ao olímpico. BBC Brasil, São Paulo, 08 set. 2015. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/09/150907_esporte_paralimpico_olimpico_rm>. Acesso em: 08 nov. 2017.

MEZZADRI, Fernando Marinho; FIGUERÔA, Katiúscia Mello; SILVA, Marcelo Moraes e. Os jogos olímpicos, paraolímpicos de 2016 e os legados de esporte de lazer. In: MARINHO, Alcyane; NASCIMENTO, Juarez Vieira do; OLIVEIRA, Amauri Aparecido Bássoli (Org.). **Legados do Esporte Brasileiro**. 22. ed. Florianópolis: UDESC, 2014. p. 243-275. v. 5.

NOVAES, Varlei de Souza. **O híbrido paraolímpico: ressignificando o corpo do atleta com deficiência a partir de práticas tecnologicamente potencializadas**. 2006. 155 f. Dissertação (Mestre em Ciências do Movimento Humano) - Escola de Educação Física - ESEF, UFRGS, Porto Alegre, 2006. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/8563>>. Acesso em: 03 nov. 2017.

PARSONS, A.; WINCKLER, C. Esporte e a Pessoa com Deficiência – Contexto Histórico. In: MELLO, Marco Tulio e WINCKLER, Ciro. **Esporte Paralímpico**. 1 Ed., São Paulo: Editora Atheneu, 2012.

PARSONS, Andrew G. W. **Dá certo ter uma gestão moderna, participativa e transparente. Esporte Competitivo**. Agosto, 2014. Entrevista concedida ao site Atletas pelo Brasil. Disponível em: <<http://atletasporbrasil.org.br/2014/08/01/entrevista-andrew-parsons-da-certo-ter-uma-gestao-moderna-participativa-e-transparente/>>. Acesso em: 02/11/2017.

_____. **Nossa maior dificuldade é fazer com que o atleta consiga se locomover de casa até o local do treino**. Veja, Blog Coluna Augusto Nunes, fev. 2017. Entrevista concedida a Programa Roda Viva, matéria escrita por Branca Nunes. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/blog/augusto-nunes/andrew-parsons-presidente-do-comite-paralimpico-brasileiro-no-roda-viva-8220-nossa-maior-dificuldade-e-fazer-com-que-o-atleta-consiga-se-locomover-de-casa-ate-o-local-do-treino-8221/>>. Acesso em: 02/11/2017.

_____. **O Brasil é um líder mundial no desenvolvimento do esporte paralímpico**. Julho, 2016, Blog Vencer Limites Pessoas com Deficiência. Entrevista concedida a Luiz Alexandre Souza Ventura. Disponível em: <<http://brasil.estadao.com.br/blogs/vencer-limites/o-brasil-e-um-dos-lideres-mundiais-no-desenvolvimento-do-esporte-paralimpico/>>. Acesso em: 02/11/2017.

_____. **Unlocking the potential of Paralympic Sport, building an organization for all.** Manifesto de Candidatura para presidência do IPC, 2017. Disponível em: <<http://www.cpb.org.br/documents/20181/0/v2+Manifesto+de+candidatura+-+Andrew+Parsons/24a5f74f-253f-4b7a-9e18-199085ce05f3>>. Acesso em: 02/11/2017.

PASINI, Gustavo Moreira et al. **Processo de institucionalização do esporte paralímpico brasileiro:** caracterização do caso da equipe de rugby em cadeiras rodas da unicamp/adeacamp. Conexões, Campinas, v. 12, n. 2, p. 82-93, jul. 2014. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/conexoes/article/view/2170/2292>>. Acesso em: 07 nov. 2017.

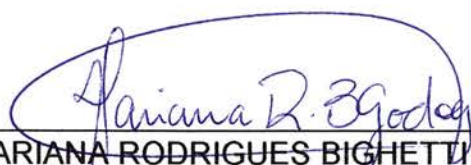
PIRES, Fátima. **Primeira participação do Brasil em Jogos Paralímpicos.** Matéria site RankBrasil, set. 2012. Disponível em: <http://www.rankbrasil.com.br/Recordes/Materias/06ge/Primeira_Participacao_Do_Brasil_Em_Jogos_Paralimpicos>. Acesso em: 20 nov. 2017.

SCHEID, L.; ROCHA, E. A. da. Organização Administrativa do Desporto Paralímpico. In: MELLO, Marco Tulio e WINCKLER, Ciro. **Esporte Paralímpico.** 1 Ed., São Paulo: Editora Atheneu, 2012.

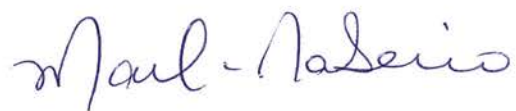
SILVA, A. da; VITAL, R.; MELLO, M. T. Deficiência, Incapacidades e Limitações que Influenciam na Prática do Esporte Paralímpico. In: MELLO, Marco Tulio e WINCKLER, Ciro. **Esporte Paralímpico.** 1 Ed., São Paulo: Editora Atheneu, 2012.

SILVA, Evelyn Andressa Gavioli da. **Projeto paralimpíadas escolares: intenção, evolução, articulações e contribuições ao paradesporto educacional brasileiro.** 2017. 138 f. Dissertação (Mestre em Educação Física) - Setor Ciências Biológicas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017. Disponível em: <<https://dspace.c3sl.ufpr.br/handle/1884/47150>>. Acesso em: 17 nov. 2017.

SOUZA, Doralice Lange de et al. Propostas de legados esportivos em função dos jogos “RIO 2016”. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Florianópolis, SC, v. 36, fev. 2016. Disponível em: <<http://revista.cbce.org.br/index.php/RBCE/article/view/2159>>. Acesso em: 17 Nov. 2017.

A handwritten signature in blue ink, reading "Mariana R. Bighetti Godoy". The signature is written in a cursive style with a large, looping initial 'M'.

MARIANA RODRIGUES BIGHETTI GODOY

A handwritten signature in blue ink, reading "Marli Nabeiro". The signature is written in a cursive style with a large, looping initial 'M'.

PROF^a. Dr^a. MARLI NABEIRO